

LUSO PARTNERS
SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

**Relatório de Gestão
e
Anexo às Demonstrações Financeiras**

Exercício de 2006

Março / 2007

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais
2. Relatório do Conselho de Administração
 - Actividade de Exploração e Resultados
 - Proposta de Aplicação de Resultados
 - Agradecimentos
3. Órgãos Sociais e Participações Qualificadas
4. Demonstrações Financeiras Individuais
5. Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais
6. Relatório e Parecer do Fiscal Único
7. Certificação Legal de Contas

1. ORGÃOS SOCIAIS

- MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Tomaz de Aquino Viegas de Abranches Lucas de Andrade
de Araújo Parreira Rocha
Secretário: João Tomás Andrade Rocha de Horteiga

- CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Manuel Jorge Roquette Ricciardi
Vogais: Luis Leitão Ricciardi
Jorge Leitão Ricciardi

- FISCAL ÚNICO

Efectivo: “Amável Calhau, Ribeiro da Cunha & Associados”
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas,
representada por
José Maria Sousa Rego Ribeiro da Cunha
Suplente: Amável Alberto Frexo Calhau

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Individuais relativas ao exercício de 2006:

1. Actividade de Exploração e Resultados

A actual estrutura do Grupo Luso Partners manteve-se inalterada em relação ao exercício anterior, compreendendo além da Sociedade de Controlo (Holding), a Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, somente uma participada, a Luso Partners Sociedade Corretora, SA, em virtude da fusão por incorporação das duas subsidiárias ocorrida durante o exercício de 2003.

A Luso Partners – Sociedade Corretora, SA é detida integralmente pela Luso Partners - SGPS, SA.

Em 2006, tal como no exercício anterior, a Sociedade, cujo objecto social consiste na gestão das suas participações, não recebeu qualquer dividendo. O resultado do exercício reflecte, essencialmente, os custos administrativos que a Sociedade teve de suportar no valor de 2.069,28 euros com os encargos adicionais relativos à publicação obrigatória do relatório e contas de 2002. Este custo foi-nos comunicado pela Imprensa Nacional, em carta recebida no dia 24 de Maio de 2006. Para o relatório e contas de 2005, e após autorização prévia do Banco de Portugal, apenas se procedeu ao depósito dos respectivos documentos junto da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Assim, a Luso Partners – SGPS, SA encerrou o exercício de 2006 com um prejuízo de 1.969,94 euros.

Tal como proposto e aprovado em Assembleia Geral serão tomadas as deligências no sentido de fundir a Luso Partners, SGPS com a Luso Partners Sociedade Corretora, SA, com a subsequente extinção da Luso Partners Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA. Esta fusão não teve lugar ao longo do exercício de 2006 apenas por questões burocráticas e atrasos processuais.

2. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe, nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376 do Código das Sociedades Comerciais que o Resultado Líquido negativo apurado de Eur 1.969,94, seja levado à rubrica de resultados transitados.

3. Agradecimentos

Uma palavra final de agradecimento aos nossos Clientes, cuja fidelidade esperamos poder continuar a merecer e, também, a todos os Colaboradores cujo empenho e dedicação nos é muito grato reconhecer.

Lisboa, 1 de Março de 2007

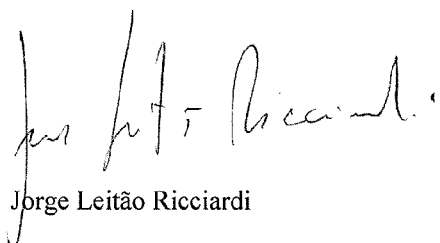
O Conselho de Administração



Manuel Jorge Roquette Ricciardi (Presidente)



Luís Leitão Ricciardi



Jorge Leitão Ricciardi

3. ORGÃOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Lista de Administradores da Sociedade Titulares de Acções da Sociedade à data de 31 de Dezembro de 2006

Lista a que se refere o nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI (Presidente do Conselho de Administração)	72.500	36,25%
LUÍS LEITÃO RICCIARDI (Vogal do Conselho de Administração)	72.500	36,25%

Lista de Accionistas da Sociedade Titulares de Acções Superiores a Um Décimo do Capital Social à data de 31 de Dezembro de 2006

Lista a que se refere o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

<u>IDENTIFICAÇÃO</u>	<u>QUANTIDADE</u>	<u>PERCENTAGEM</u>
MANUEL JORGE ROQUETTE RICCIARDI	72.500	36,25%
LUÍS LEITÃO RICCIARDI	72.500	36,25%

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2006 e 2005

LUSO PARTNERS - SGPS, S.A.
Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA
Capital Social - Eur 1.000.000,00
Balanço NCA (Contas Individuais)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Nº do Contribuinte: 606 674 659

€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido 3 = 1 - 2	
		1	2	3 = 1 - 2	
Activo					
10 + 3300			0,00	0,00	0,00
Caixa e disponibilidades em bancos centrais					
11 + 3301	4	82.259,49		82.256,49	88.414,38
Disponibilidades em outras instituições de crédito					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 16 + 191 (1) - 3713 (1)		0,00		0,00	0,00
Activos financeiros detidos para negociação					
152 (1) + 1548 (1) + 158 (1) + 17 + 191 (1) - 3713 (1)		0,00		0,00	0,00
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
153 + 1548 (1) + 158 (1) + 18 + 192 + 34888 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 53689 (1) - 3713 (1)		0,00		0,00	0,00
Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 156 (1) + 159 (1) + 199 (1) + 3303 + 3310 (1) + 34018 (1) + 3409 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 35221 (1) - 3531 (1) - 5300 - 53028 (1) - 3710		0,00		0,00	0,00
Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 1540 + 158 (1) + 190 + 3304 + 3305 + 3310 (1) + 34008 + 340108 34880 - 3518 - 35211 - 35221 - 3531 - 370 - 3711 - 3712 - 5210 (1) - 53018 - 530208 - 53880		0,00		0,00	0,00
Crédito a clientes					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0,00		0,00	0,00
Investimentos detidos até à maturidade					
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 3713 (1) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5303		0,00		0,00	0,00
Activos com acordo de recompra					
21		0,00		0,00	0,00
Derivados de cobertura					
25 - 3580 - 3713 (1)		0,00		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)		0,00		0,00	0,00
Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)		0,00		0,00	0,00
Outros activos tangíveis					
29 - 3582 - 3583 - 361	5	4.251,93	4.251,93	0,00	0,00
Activos intangíveis					
24 - 357 - 3713 (1)	6	760.000,00		760.000,00	760.000,00
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	7	3.766,42		3.766,42	2.626,47
Activos por impostos correntes					
301		0,00		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159 (1) + 198 (1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 34018 (1) + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 - 371 (1) + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 53028 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	8	100.000,00		100.000,00	100.000,00
Outros activos					
Total de Activo		950.257,84	4.251,93	946.045,91	951.040,85

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.




 8.a)

Balanço NCA (Contas Individuais)

Nº de Contribuinte: 505 574 659

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas / Quadros anexos	Ano			Ano anterior
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
		1	2	3 = 1 - 2	
Passivo					
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)		0,00		0,00	0,00
43		0,00		0,00	0,00
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)		0,00		0,00	0,00
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311		0,00		0,00	0,00
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312		0,00		0,00	0,00
46 - 3311 (1) - 3415 + 5205 + 5211 (1) + 5313		0,00		0,00	0,00
44		0,00		0,00	0,00
45		0,00		0,00	0,00
47		0,00		0,00	0,00
490		0,00		0,00	0,00
491		0,00		0,00	0,00
481		0,00		0,00	0,00
48 - 481 - 3311 (1) - 3416 + 5206 + 5211 (1) + 5314		0,00		0,00	0,00
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	9	0,00		0,00	3.025,00
Total de Passivo		0,00	0,00	0,00	3.025,00
Capital					
55	10	1.000.000,00		1.000.000,00	1.000.000,00
602		0,00		0,00	0,00
57		0,00		0,00	0,00
58 + 59		0,00		0,00	0,00
60 - 602 + 61	11	-51.984,15		-51.984,15	-48.910,84
- 56		(0,00)		(0,00)	(0,00)
64	11	-1.969,94		-1.969,94	-3.073,31
- 63		(0,00)		(0,00)	(0,00)
Total de Capital		946.045,91	0,00	946.045,91	948.015,85
Total de Passivo + Capital		946.045,91	0,00	946.045,91	951.040,85

(1) Parte aplicável dos saldos destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi

Jorge Leitão Ricciardi

LUSO PARTNERS - SGPS, S.A.

Sede: Rua de São Julião, nº 30 - 1100-525 LISBOA

Capital Social - Eur 1.000.000,00

Demonstração de Resultados NCA (Contas individuais)

Nº de Contribuinte: 505 574 659

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

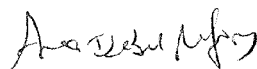
€

Rubricas da Instrução 23/2004 (referências indicativas)	Notas/ Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79 + 80 (1) + 8120	Juros e rendimentos similares	182,08	632,37
66 + 67 (1) + 6820	Juros e encargos similares	0,00	0,00
	Margem financeira	182,08	632,37
82	Rendimentos de instrumentos de capital	0,00	0,00
81 (1) - 8120	Rendimentos de serviços e comissões	0,00	0,00
68 (1) - 6820	Encargos com serviços e comissões	0,00	1,60
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 + 832 + 833 - 835 (1) + 836 (1) + 838	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	0,00	0,00
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	0,00	0,00
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial (líquido)	0,00	0,00
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	0,00	0,00
- 695 (1) - 696 (1) - 699 (1) - 75 - 720 - 721 - 722 - 723 - 725 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 839 (1) + 840 + 843 + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	0,00	0,00
	Produto bancário	182,08	630,77
70	Custos com pessoal	0,00	0,00
71	Gastos gerais administrativos	2.152,02	2.939,79
77	Depreciações e amortizações	0,00	764,29
781 + 783 + 784 + 785 + 786 + 788 - 881 - 883 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	0,00	0,00
78000 + 78001 + 78010 + 78011 + 7820 + 7821 + 7822 - 88000 - 88001 - 88010 - 88011 - 8820 - 8821 - 8822 - 848 (1)	Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	0,00	0,00
760 + 7620 + 7618 + 76211 + 76221 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7641 + 765 + 766 + 78002 (1) + 78012 (1) + 7623 + 7828 (1) - 870 8720 - 8718 - 87211 - 87221 - 8723 - 8724 - 8725 - 8730 - 8741 - 875 - 876 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8823 - 8828 (1)	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	0,00	0,00
788 + 769 (1) + 78002 (1) + 78012 (1) + 7828 (1) - 877 - 878 - 88002 (1) - 88012 (1) - 8828 (1)	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	0,00	0,00
	Resultado antes de impostos	-1.969,94	-3.073,31
	Impostos	0,00	0,00
65	Correntes	14	0,00
74 - 86	Diferidos	0,00	0,00
	Resultado após impostos	-1.969,94	-3.073,31
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	0,00	0,00
640	Resultado líquido do exercício	-1.969,94	-3.073,31

(1) - Parte aplicável do saldo desta rubrica.


As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas




Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração



Manuel Roquette Ricciardi

Luis Leitão Ricciardi



Jorge Leitão Ricciardi

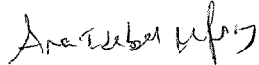
LUSO PARTNERS - SGPS, SA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(euros)

	Notas	31-12-2005	31-12-2005
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		182	632
Juros e custos pagos		-	-
Serviços e comissões recebidas		-	-
Serviços e comissões pagas		-	-
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(5 176)	(8 367)
		<u>(4 994)</u>	<u>(7 735)</u>
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades em bancos centrais		-	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
Aplicações em instituições de crédito		-	-
Recursos de instituições de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-
Derivados de cobertura		-	-
Outros activos e passivos operacionais		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		<u>(4 994)</u>	<u>(7 735)</u>
Impostos sobre os lucros pagos		(1 160)	(1 089)
		<u>(6 154)</u>	<u>(8 824)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		-	-
Dividendos recebidos		-	-
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Investimentos detidos até à maturidade		-	-
Compra de imobilizações		-	-
Venda de imobilizações		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de obrigações de caixa		-	-
Reembolso de obrigações de caixa		-	-
Emissão de passivos subordinados		-	-
Reembolso de passivos subordinados		-	-
Dividendos de acções ordinárias pagas		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		<u>-</u>	<u>-</u>
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		-	-
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		<u>(6 154)</u>	<u>(8 824)</u>
Caixa e equivalentes no início do período	3.2 e)	88 414	97 238
Caixa e equivalentes no fim do período	3.2 e)	82 260	88 414
		<u>(6 154)</u>	<u>(8 824)</u>
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa		-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	82 260	88 414
Total		<u>82 260</u>	<u>88 414</u>

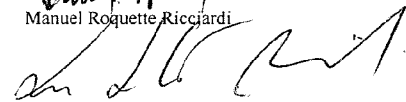
As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico de Contas


 Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração


 Manuel Roquette Ricciardi


 Luis Leitão Ricciardi

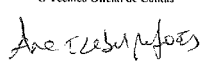

 Jorge Leitão Ricciardi



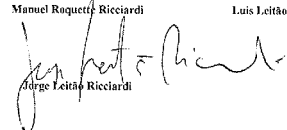
LUISO PARTNERS - SGPS, S.A.
MODELO I
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM BASE INDIVIDUAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

Unidade: Euros

Natureza e espécie (1)	Categoria de Activo Instrução n.º 232/2004 (2)	Código do título (3)	Tipo de emissor (4)	País do emissor (5)	Código Não cotado (6)	Mercado organizado alternativo (7)	Cotação (8)	Quantidade (9)	Valor nominal (10)	Critério valorizativo (11)	Valor de Balanço (12)	Valor (+/-) (13)	Montante vendido (14)	Correcções de valor		% de participação		Operações especiais (15)	Observações (16)	
														Imparidade	Outras	Capital	Direitos de voto			
Instrumentos de dívida																				
De dívida pública																				
De outros emissores públicos																				
De outros emissores																				
Adquiridos no âmbito de operações de titularização Equiparados a <i>first loss position</i>																				
Outros																				
Outros																				
Dívida não subordinada																				
Dívida subordinada																				
Total																				
Instrumentos de capital																				
LUISO PARTNERS-SOCIEDADE CORRETORA, SA	viii)	PTLPTOAM0000	OIF	Portugal	N	-	-	152.000	760.000,00	Custo historico	760.000,00	-	-	-	-	-	100,0%	100,0%	-	-
Total								152.000	760.000,00		760.000,00	-	-	-	-	-				
Outros																				
Total																				

As Notas Explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

 Ana Isabel de Sousa Refoios

O Conselho de Administração

 Manuel Roquette Ricciardi

 Luis Leitão Ricciardi

 Jorge Leitão Ricciardi

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

31 de Dezembro de 2006 e 2005

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**
(Valores expressos em Euros)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

A Luso Partners – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (LP SGPS ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 22 de Abril de 2002 com um capital social de 1 000 000 euros, integralmente subscrito e realizado, correspondendo a 200 mil acções com o valor nominal de 5 euros cada.

O objecto social da Sociedade consiste na gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas, encontrando-se a actividade regulamentada pelo Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas subsequentemente pelos Decreto-Lei nº 318/94, de 24 de Dezembro, e Decreto-Lei nº 378/98, de 30 de Dezembro.

Em virtude da LP SGPS deter participações em sociedades financeiras que representam mais de 50% do valor total das participações, a actividade ficou também sujeita à supervisão do Banco de Portugal conforme definido no artigo 117º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro).

NOTA 2 – ESTRUTURA DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2006 a LP SGPS detém uma única participação numa empresa filial, a Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A. (LP Corretora), conforme definido na Nota 3.2 c). No exercício de 2003 o Banco de Portugal autorizou a fusão da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A., sociedade que também era detida integralmente pela LP SGPS, na Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A..

São consideradas empresas filiais, as que correspondem a investimentos de carácter duradouro, cuja participação directa ou indirecta no capital, seja superior a 50% e em que seja exercido controlo pela Sociedade.

A fusão referida anteriormente teve como objectivos a simplificação das estruturas, reforço dos mecanismos de controlo interno e redução de custos, nomeadamente das áreas de suporte (administrativa, financeira, etc.), com base nos seguintes fundamentos:

- a) Ambas as sociedades prosseguiam actividades que se complementavam ao nível da administração de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos;
- b) Tendo em conta as características do mercado financeiro em que as sociedades estavam inseridas, tornava-se cada vez mais necessário desenvolver e apresentar serviços integrados, orientados por uma gestão de custos que lhes permitissem alcançar uma posição competitiva e
- c) No planeamento da operação foi tomada em consideração a ineficiência a que, a vários níveis, a estrutura actual conduzia. A manutenção de entidades juridicamente autónomas obrigava à existência de estruturas diferenciadas e ao cumprimento de um conjunto acrescido de formalidades sem que, no caso concreto e no momento actual, se mantivessem as vantagens que poderão ter estado na origem da opção pela estrutura anteriormente implementada.

A actividade da filial detida integralmente pela LP SGPS, é a seguinte:

A Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A., com sede em Lisboa, na Rua de São Julião, nº 30, foi constituída em 9 de Maio de 2002 com um capital social de 500 mil euros, tendo iniciado a sua actividade em 18 de Setembro de 2002. Em 2003 o capital social aumentou para 760 mil euros, correspondendo a 152 mil ações com o valor nominal de 5 euros cada, em resultado da fusão por incorporação da Luso Partners – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. na sociedade corretora. Esta fusão foi autorizada pelo Banco de Portugal.

A Sociedade tem como objecto social a realização de todas as actividades de intermediação financeira legalmente permitidas às sociedades corretoras, bem como o exercício de quaisquer outras actividades expressamente autorizadas pelas entidades competentes, incluindo nomeadamente (i) a compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros, (ii) o processamento de carteiras de clientes e guarda de valores mobiliários, podendo proceder à cobrança dos respectivos rendimentos e, desde que autorizados pelo cliente, exercer outros direitos sociais e (iii) o exercício da actividade de administração de conjuntos de bens pertencentes a terceiros, a que se dá a designação de carteiras, bem como a prestação de serviços de consultoria em matéria de investimentos.

NOTA 3 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações da Sociedade, para os exercício findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, e as notas anexas arredondadas à segunda casa decimal.

Para os períodos até 31 de Dezembro de 2004, a LP SGPS preparou as suas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sector Bancário, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto-Lei nº 91/90, de 17 de Março.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da LP SGPS passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e adoptadas pela União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e nº 2 do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (NCA's).

As NCA's incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, com excepção dos aspectos já referidos, definidos nos Avisos nº 1/2005 e nº 4/2005 do Banco de Portugal:

- i) valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se manterá o actual regime;
- ii) benefícios aos empregados, através do estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios da IAS 19 e
- iii) restrição de aplicação de algumas opções previstas nas IAS/IFRS.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade reportadas a 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram preparadas em conformidade com as NCA's que incluem os requisitos definidos pelas IFRS. As notas anexas a estas demonstrações financeiras incluem toda a informação que é necessária que seja divulgada nas demonstrações financeiras anuais.

As políticas contabilísticas descritas em seguida, foram aplicadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, permitindo a comparabilidade entre as demonstrações financeiras dos dois exercícios.

Transição para as IFRS

Estas são as primeiras demonstrações financeiras da LP SGPS preparadas de acordo com as NCA's, não existindo ajustamentos de transição, com referência a 1 de Janeiro de 2005, de acordo com os princípios aplicáveis da IFRS 1.

As demonstrações financeiras da LP SGPS estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

3.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

Foram os seguintes os principais critérios contabilísticos e valorimétricos adoptados relativamente às várias rubricas das presentes demonstrações financeiras:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, sendo os custos e proveitos registados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, respectivamente.

b) Activos intangíveis

Nos activos intangíveis encontram-se registados os custos incorridos com a constituição da Sociedade, os quais são amortizados numa base duodecimal durante um período de três anos, segundo o método das quotas constantes (ver Nota 5).

c) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica reflecte as participações financeiras em empresas onde a Sociedade exerce uma posição de controlo e cujo interesse pela sua manutenção se reveste de carácter duradouro – empresas filiais (ver Nota 2).

Estas participações encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição (ver Nota 6).

d) Imposto sobre o rendimento

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a Sociedade, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à actividade.

Não existem diferenças temporárias significativas que justifiquem a contabilização de impostos diferidos (ver Nota 14).

e) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Caixa e equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a 3 meses a contar da data de balanço, onde se incluem as disponibilidades em outras instituições de crédito (ver Nota 4).

NOTA 4 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Em instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	<u>82 259</u>	<u>88 414</u>
	<u>82 259</u>	<u>88 414</u>

O montante de disponibilidades em outras instituições de crédito no país refere-se a um depósito à ordem no Banco Espírito Santo.

NOTA 5 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Activos intangíveis		
Despesas de estabelecimento	<u>4 252</u>	<u>4 252</u>
Amortizações acumuladas	<u>(4 252)</u>	<u>(4 252)</u>
Total dos activos intangíveis, líquidos de amortizações	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>

A Sociedade já registou em custos todas as despesas incorridas com a sua constituição.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	<u>Saldo em 31.12.2005</u>		<u>Movimento no exercício</u>				<u>Saldo em 31.12.2006</u>			
	<u>Valor bruto</u>	<u>Amortiz. acumul.</u>	<u>Aquisi- ções</u>	<u>Transfe- rências</u>	<u>Amorti- zações</u>	<u>Abates</u>		<u>Valor bruto</u>	<u>Amortiz. acumul.</u>	<u>Valor líquido</u>
						<u>Valor bruto</u>	<u>Amorti- zação</u>			
Activos intangíveis										
Despesas de estabelecimento	<u>4 252</u>	<u>(4 252)</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>4 252</u>	<u>(4 252)</u>	<u>0</u>
Total	<u><u>4 252</u></u>	<u><u>(4 252)</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>0</u></u>	<u><u>4 252</u></u>	<u><u>(4 252)</u></u>	<u><u>0</u></u>

**NOTA 6 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS
CONJUNTOS**

O valor de aquisição e a % de participação no capital das entidades incluídas nesta rubrica, apresentam-se conforme segue:

	<u>31.12.2006</u>		<u>31.12.2005</u>	
	%	Valor de aquisição	%	Valor de aquisição
Luso Partners - Sociedade Corretora, S.A.	100%	<u>760 000</u>	100%	<u>760 000</u>
		<u>760 000</u>		<u>760 000</u>

A LP SGPS não aplicou a valorização pelo justo valor à sociedade que detém no seu activo, conforme previsto pelo Decreto-Lei nº 88/2004, em virtude da intenção de fusão referida no relatório do Conselho de Administração.

O quadro seguinte compara o valor dos capitais próprios versus o custo de aquisição da sociedade detida pela LP SGPS, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005:

	<u>Custo de aquisição e Suprimentos (i)</u>		<u>Activo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Capitais Próprios</u>	
	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Luso Partners- Soc. Corretora, SA	<u>860 000</u>	<u>860 000</u>	<u>4 063 034</u>	<u>7 487 779</u>	<u>3 476 747</u>	<u>6 968 828</u>	<u>586 287</u>	<u>518 95</u>
	<u>860 000</u>	<u>860 000</u>	<u>4 063 034</u>	<u>7 487 779</u>	<u>3 476 747</u>	<u>6 968 828</u>	<u>586 287</u>	<u>518 95</u>

(i) Ver Nota 8

NOTA 7 – ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar (ver Nota 14)	36	126
Pagamentos especiais por conta		
2004	1 250	1 250
2005	1 250	1 250
2006	1 250	0
	<u>3 750</u>	<u>2 500</u>
	<u>3 786</u>	<u>2 626</u>

O valor de IRC a recuperar em 31 de Dezembro de 2006 corresponde ao somatório dos pagamentos especiais por conta de 2004, 2005 e 2006 com as retenções na fonte de 2006.

NOTA 8 – OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica é analisada como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Suprimentos		
Luso Partners-Sociedade Corretora, S.A.	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>

NOTA 9 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de outros passivos decompõe-se como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Outros passivos		
Outros	<u>0</u>	<u>3 025</u>
	<u>0</u>	<u>3 025</u>

NOTA 10 - CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da LP SGPS no valor de 1 000 000 euros, encontrava-se representado por 200 000 acções, com um valor nominal de 5 euros cada, integralmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas.

NOTA 11 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

O movimento nas rubricas de outras reservas e resultados transitados durante o exercício de 2006, foi o seguinte:

	<u>Saldo em 31.12.2005</u>	<u>Aumento</u>	<u>Reduções</u>	<u>Transfe- rências</u>	<u>Saldo em 31.12.2006</u>
Resultados transitados	(48 911)	0	0	(3 073)	(51 984)
Resultados do exercício					
2005	(3 073)	0	0	3 073	0
2006	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>(1 970)</u>	<u>0</u>	<u>(1 970)</u>
Total	<u>(51 984)</u>	<u>0</u>	<u>(1 970)</u>	<u>0</u>	<u>(53 954)</u>

A aplicação dos resultados da Sociedade referente ao exercício de 2005, foi a transferência do seu resultado negativo para resultados transitados.

NOTA 12 – SALDOS COM EMPRESAS FILIAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o montante dos débitos e créditos da Sociedade relativos a empresas filiais, analisa-se como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
	<u>Outros activos</u>	<u>Outros activos</u>
Empresas filiais		
Luso Partners-Sociedade Corretora, SA	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>

NOTA 13– SEGMENTAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o activo líquido total e os resultados auferidos pela Sociedade, distribuem-se geograficamente da seguinte forma:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
	<u>Outros</u>	<u>Outros</u>
Portugal	(i)	(i)
Elementos da demonstração de resultados		
Juros e rendimentos similares	182	632
Encargos com serviços e comissões	0	(1)
Outros resultados de exploração	0	0
Custos com pessoal	0	0
Gastos gerais administrativos	(2 152)	(2 940)
Amortizações do exercício	<u>0</u>	<u>(764)</u>
Resultado líquido do exercício	<u>(1 970)</u>	<u>(3 073)</u>
Portugal		
Elementos do balanço		
Activo líquido total	<u>946 046</u>	<u>951 041</u>

(i) Os juros e rendimentos similares obtidos em 2006 e 2005 correspondem integralmente aos rendimentos obtidos com os depósitos à ordem em Portugal.

NOTA 14 – IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

A LP SGPS está sujeita à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC) e à correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda sujeitos a possível revisão. No entanto, é convicção da Administração da LP SGPS, que não ocorrerá qualquer liquidação adicional, de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras, relativamente aos exercícios passíveis de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais.

A reconciliação entre o lucro contábilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e o imposto sobre o rendimento a pagar, com referência aos exercícios de 2006 e 2005, analisa-se como segue:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
Lucro contábilístico antes de impostos	<u>(1 970)</u>	<u>(3 073)</u>
Lucro tributável	<u>(1 970)</u>	<u>(3 073)</u>
Estimativa de impostos sobre lucros do exercício (i)	<u>0</u>	<u>0</u>
<i>Taxa efectiva de imposto</i>	0,0%	0,0%
	(1 250)	(1 250)
Retenções na fonte	<u>(36)</u>	<u>(126)</u>
Impostos sobre lucros a recuperar (ver Nota 7)	<u>(1 286)</u>	<u>(1 376)</u>

**RELATÓRIO E PARECER
DO
FISCAL ÚNICO**

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da “LUSO PARTNERS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2. No decorrer deste exercício, acompanhámos o desenvolvimento da actividade da LUSO PARTNERS, SGPS, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte, os quais satisfazem as disposições legais e o contrato de sociedade. Foram-nos sempre pontualmente prestados, pelo Conselho de Administração e pelos Serviços, todos os esclarecimentos de que necessitámos para o adequado desempenho das nossas funções.

3. Os nossos exames foram efectuados de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, através de testes e verificações dos registos e documentos de contabilidade que considerámos necessários nas circunstâncias.

4. Das verificações efectuadas, queremos referir que:
 - 4.1. No ano anterior efectuámos a revisão das demonstrações financeiras e elaborámos, igualmente, o respectivo relatório, parecer e certificação legal das contas.

 - 4.2. O Relatório de Gestão descreve a actividade dos negócios que se resume à gestão da sua participação na Luso-Partners – Sociedade Corretora, SA e da qual não recebeu nenhum dividendo.



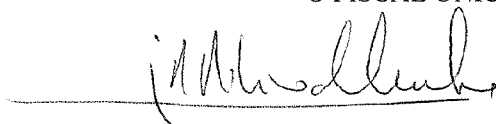
Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 4.3. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados na preparação das contas são adequados, encontram-se devidamente divulgados nas notas Anexas e cumprem os requisitos legais de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme definidas pelo Banco de Portugal.
- 4.4. Verificámos os movimentos ocorridos na rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, tendo validado o respectivo saldo a 31 de Dezembro de 2006.
- 4.5 A sociedade mantém valorizada ao custo de aquisição a participação que detém a 100% na Luso-Partners – Sociedade Corretora, S.A.
- 4.6. O Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas notas Anexas satisfazem os preceitos legais e estatutários e reflectem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. Nestes termos, em resultado do desempenho das nossas funções e tomando em consideração a Certificação Legal das Contas, tal como é apresentada em conjunto com este relatório, somos de parecer:
- a) - Que seja aprovado o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e as respectivas Notas Anexas, relativos ao exercício de 2006.
- b) - Que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação do resultado líquido do exercício.
- c) - Que seja aprovado um voto de confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa como conduziu os negócios da empresa.

Lisboa, 15 de Março de 2007

O FISCAL ÚNICO



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha

Em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS”

Rua Artilharia Um, 104 - 4.º Esq.º • 1099 - 053 LISBOA
Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acrc-sroc.com

INSCRITA NA LISTA DOS R.O.C. COM O N.º 19 (SOCIEDADES) • REGISTADA NO REGISTO DE AUDITORES JUNTO DA C.M.XM. COM O N.º 319

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de “LUSO PARTNERS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, que evidencia um total de 946.046 euros e um total de capital próprio de 946.046 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.970 euros), a Demonstração dos resultados, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que têm como base a aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor e adoptadas na União Europeia, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da “LUSO PARTNERS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; e
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

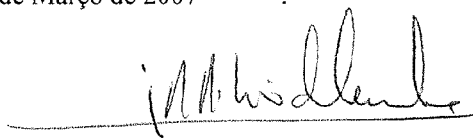
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de “LUSO PARTNERS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, em 31 de Dezembro de 2006 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas tal como definidas pelo Banco de Portugal.

Lisboa, 15 de Março de 2007



Dr. José Maria Ribeiro da Cunha

em representação de:

“AMÁVEL CALHAU, RIBEIRO DA CUNHA E ASSOCIADOS

- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas -”

Rua Artilharia Um, 104 - A.º Esq.º • 1099 - 053 LISBOA

Telefones: 213 841 600 • Fax: 213 855 024 • e-mail: geral@acre-sroc.com

INSCRITA NA LISTA DOS R.O.C. COM O N.º 19 (SOCIEDADES) • REGISTADA NO REGISTO DE AUDITORES JUNTO DA C.M.V.M. COM O N.º 319

24